

## **LEI ORDINÁRIA Nº 1811**

*de 05 de dezembro de 2018*

### **INSTITUI A JUNTA JULGADORA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON.**

*O Prefeito Municipal de Coxim, faço saber que a Câmara Municipal decreta e  
eu*

*LEI ORDINÁRIA Nº 1.811/2018, DE 05/12/2018 INSTITUI A JUNTA  
JULGADORA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DA  
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO  
CONSUMIDOR - PROCON. O Prefeito Municipal de Coxim, Estado de  
Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a  
Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.*

#### **Art. 1º.**

*Fica instituída a Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos  
destinada a analisar e julgar os recursos administrativos interpostos por  
fornecedores, no âmbito da Coordenadoria Municipal de Proteção e  
Defesa do Consumidor - PROCON, na forma prevista no art. 8º da Lei  
1012/2001 e alterações.*

#### **Art. 2º.**

*A Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos será composta  
por um representante titular e um suplente de cada um dos seguintes  
segmentos:*

#### **I.**

*Procuradoria Jurídica do Município;*

## **II.**

*Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável;*

## **III.**

*Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Coxim/MS;*

## **IV.**

*Associação Comercial e Industrial de Coxim - ACIAC;*

## **V.**

*PROCON Municipal.*

## **VI.**

*Instituição de Ensino Superior;*

*As entidades deverão indicar, preferencialmente, advogados, ou pessoas que tenham conhecimento em direitos do consumidor.*

*O representante do PROCON Municipal participará da Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos, porém não terá direito a voto nas decisões de recursos, nem poderá ser escolhido para as funções de que trata o artigo 12, desta Lei.*

### **Art. 3º.**

*Os membros da Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação dos órgãos que representam, para um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a recondução.*

### **Art. 4º.**

*O representante da Procuradoria Jurídica do Município será o presidente da Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos.*

### **Art. 5º.**

*A participação na Comissão será considerada serviço de natureza relevante e não remunerada.*

**Art. 6º.**

*Das decisões da autoridade competente do PROCON, que aplicou a sanção, caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da intimação da decisão, ao PROCON, que, após oferecidas as contra-razões de recurso pela Divisão Jurídico-Administrativa, será remetido à Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos, que proferirá decisão definitiva.*

**Art. 7º.**

*A Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos escolherá, dentre seus membros, um relator para cada processo a ser apreciado.*

**Art. 8º.**

*Compete ao Presidente da Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos:*

**I.**

*presidir as reuniões de julgamento de recursos e proclamar o resultado das decisões finais;*

**II.**

*assinar com os demais membros, as decisões da Junta;*

**III.**

*assinar as Atas das reuniões;*

**IV.**

*fazer constar em Ata, as ocorrências e demais acontecimentos nas reuniões;*

**V.**

*solicitar às autoridades competentes a remessa de documentos e informações necessárias ao exame e às deliberações da Junta;*

**VI.**

*executar as demais atribuições inerentes à função.*

## **Art. 9º.**

*Compete aos membros da Junta:*

### **I.**

*comparecerem às reuniões, justificando as faltas em que incorrerem;*

### **II.**

*relatar os processos que lhes forem distribuídos, proferindo o seu voto de forma fundamentada, devendo apresentá-lo na reunião em que estiver agendada a sua apreciação;*

### **III.**

*discutir e votar os processos colocados em julgamento, salvo o representante do PROCON Municipal, que embora possa participar das discussões, não terá direito a voto nas decisões de julgamento de recursos;*

### **IV.**

*assinar o livro de presença, assim como a Ata de reunião a que comparece.*

## **Art. 10.**

*A Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos reunir-se-á mensalmente, salvo não havendo processos com recursos administrativos em pauta a serem julgados, em dia a ser definido pelos seus membros.*

*As reuniões da Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos serão registradas em ata, exigindo-se quórum mínimo de maioria de seus membros e as deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, cabendo ao presidente o voto de desempate, se for o caso.*

*Ocorrendo falta de quórum mínimo para a realização da reunião, será convocada nova reunião, que acontecerá após 48 (quarenta e oito) horas, com qualquer número de participantes.*

**Art. 11.**

*Os membros da Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos que devam afastar-se da função por qualquer motivo, devem, sempre que possível, dar ciência formal antecipada do fato ao Presidente da Junta.*

**Art. 12.**

*Perde automaticamente o mandato o membro da Junta que faltar, sem motivo justificado, a 2 (duas) reuniões consecutivas, ou no período de um ano, a 4 (quatro) reuniões alternadas.*

**Parágrafo único. .**

*Verificada uma das hipóteses previstas no "caput" deste artigo o suplente completará o mandato interrompido do titular.*

**Art. 13.**

*Em caso de impedimento ou falta do Presidente, assumirá as funções o membro mais antigo e, entre os de igual antiguidade o mais idoso, sendo que este não poderá ser o representante do PROCON Municipal na Junta.*

**Art. 14.**

*A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor disponibilizará a pauta das reuniões aos membros da Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, preferencialmente com uma reunião de antecedência.*

**Art. 15.**

*Os trabalhos das reuniões devem obedecer a seguinte ordem:*

**I.**

*abertura da reunião pelo Presidente quando constatada a presença do número legal dos membros;*

**II.**

*leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;*

### **III.**

*leitura do expediente;*

### **IV.**

*apreciação e julgamento dos processos em pauta;*

### **V.**

*apresentação de proposição sobre assuntos relacionados com a Junta, se houver.*

### **Art. 16.**

*Ao apreciar o processo, a Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos deverá verificar se foram cumpridas todas as condições de admissibilidade do recurso em âmbito administrativo.*

### **Parágrafo único. .**

*Caso o recurso seja carente do cumprimento das condições de admissibilidade, será negado seu conhecimento pela Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos, devendo esta devolvê-lo aos cuidados do PROCON Municipal.*

### **Art. 17.**

*É resguardado a um representante do fornecedor recorrente a manifestação oral por tempo não superior a 10 (dez) minutos, não podendo, neste momento, apresentar ou solicitar a juntada de novos documentos ao Processo Administrativo.*

### **Parágrafo único. .**

*Após fazer uso da palavra na manifestação oral, o representante do recorrente deverá deixar o local da reunião para que se dê prosseguimento à reunião.*

### **Art. 18.**

*A decisão final administrativa em grau de recurso conterá relatório resumido do processo, fundamentos legais, conclusão e ordem de intimação.*

**Art. 19.**

*O órgão preparador dará ciência ao sujeito passivo da decisão da Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos, intimando-o quando for o caso, a cumpri-lo nos prazos estabelecidos pela legislação vigente aplicável.*

**Art. 20.**

*A Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos é a última instância julgadora do processo administrativo, não cabendo recurso das suas decisões.*

**Art. 21.**

*Em casos de qualquer impedimento, caso fortuito, força maior, ou de não estarem nomeados os membros da Junta Municipal Julgadora de Recursos Administrativos, poderá o PROCON municipal submeter o processo ao Procurador Geral do Município para julgamento do recurso administrativo, neste caso, não cabendo recurso das suas decisões.*

**Art. 22.**

*Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.*

*Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de dezembro de 2018.*

*ALUÍZIO SÃO JOSÉ*

*Prefeito Municipal*

*Coxim/MS*

*Gabinete do Prefeito Municipal, 05/12/2018*

*sanciono a seguinte Lei: Aluízio São José*

---

*Lei Ordinária Nº 1811/2018 - 05 de dezembro de 2018*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*